

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

----- **Falta justificada** – O Presidente da Câmara informou que a Vereadora Isabel Quinteiro, não está presente na reunião de Câmara, por se encontrar de férias, pelo que a sua falta foi considerada justificada, tendo sido substituída pela Vereadora Elisabete Pereira.

-----**DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 16).** -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia 05 de Julho de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por maioria, com a abstenção da Vereadora Elisabete Neto, por não ter estado presente na mesma.-----

----- **INFORMAÇÕES**-----

----- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara informou que, no seguimento do Acordo celebrado com a “Quinta Verde – Repouso e Lazer, Lda.”, presente em reunião de Câmara de 14 de Maio de 2009, verificou-se a necessidade de proceder a algumas alterações ao seu clausulado, que já mereceram a concordância da entidade particular, com vista a desafectar área da RAN necessária para a construção da variante Ex – E.N.335/ Rua da Igreja, que constam da adenda que foi distribuída aos Vereadores.-----

----- Tomou a palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista concordavam integralmente com a adenda agora elaborada.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Segunda** – Informou ainda que gostaria de deixar uma palavra de congratulação e sobretudo de apreço pelas “Peregrinações”, apresentadas nos dias 08 a 10 de Julho. O profissionalismo e qualidade patenteados enaltecem o esforço financeiro da Câmara Municipal que suportou financeiramente o projecto e o “Teatrão” com outros grupos amadores, não só do nosso concelho, mas também da Figueira da Foz (Tavarede) demonstram um resultado qualitativo muito apreciável.-----

----- O tecido associativo concelhio respondeu de uma maneira clara, excelente a uma performance que, na sua opinião, só peca pelo número reduzido de representações.-----

----- Nessa matéria já teve a oportunidade de dirigir a todos os grupos um agradecimento formal e institucional, e ao mesmo tempo, ter feito já com o produtor uma apreciação da matéria que se desenvolveu anteriormente, perspectivando uma reunião em conjunto para que seja feito um balanço e marcar um calendário para reposição em cena desta iniciativa planejar outras, pois esta acabou por ser um enfoque dado ao desafio do tecido

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

associativo, etnográfico, folclórico, teatral e musical, que acabou por engrandecer, de uma forma importante, o concelho de Montemor. -----

----- Assim, deixa o seu entusiasmo traduzido num voto de louvor, a todos os que participaram. Pensa que, exemplarmente, o investimento feito pela Câmara Municipal, aprovado por unanimidade por este executivo, tem um retrato que apenas peca pela sua perpetuidade, do seu ponto de vista, isto é, tem que ser mais vezes repetido, mais vezes preparado, agora para um efeito mais objectivo de um programa turístico, que pode funcionar anualmente, sobretudo na época de verão, como cativador das populações “flutuantes”, que entre Coimbra e Figueira da Foz, procuram não só o turismo cultural, mas também o turismo de sol e praia. Uma palavra, ainda para o coordenador deste projecto, Deolindo Pessoa, no sentido de um reconhecimento e aplauso pelo trabalho elaborado e apresentado.-----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que em relação a este assunto gostaria de apresentar ao executivo um texto que a seguir se transcreve:-----

----- “O projecto “Peregrinações” que culminou no passado fim de semana com um excelente espectáculo de rua, promoveu de forma superior o nosso concelho e demonstrou que as pessoas gostam de ver e aplaudir bons espectáculos de teatro, projectando-se, dessa forma, bem alto e de forma elevada, o nome do nosso grande Fernão Mendes Pinto. -

----- Ficamos sensibilizados por ver os mais novos e mais velhos a interagir com os vários espectáculos de rua que decorreram no âmbito do projecto “Peregrinações”, discutindo a personalidade e feitos do nosso homenageado, alcançando-se, por isso, o primeiro objectivo que era conhecer e dar conhecer melhor essa grande personagem na nossa História e nosso conterrâneo... Que melhor homenagem poderíamos fazer a Fernão Mendes Pinto, 500 anos depois, que esta, onde foram recordados os seus feitos e elevados contributos para tão grande período áureo da nossa História, colocando-o no primeiro plano das nossas atenções, dos nossos visitantes e da comunicação social... Foram três dias épicos, como épicos foram as suas Peregrinações pelo Oriente e que para sempre irão ficar nas nossas memórias... -----

----- Permitam-me ainda, destacar os seguintes factos: -----

----- 1) Ficou inequivocamente demonstrado que quando devidamente orientados e apoiados os nossos grupos amadores e o tecido associativo em geral conseguem produzir eventos de grande qualidade e impacto. -----

----- 2) O modelo adoptado para este projecto, em que a Câmara se colocou no papel de promotor do projecto, contratualizando a execução do mesmo com vários parceiros,

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

enfim, com quem sabe, parece-me o mais adequado e que serve melhor os interesses de todos. Se ainda havia dúvidas ... A confiança foi conquistada e afirmada.-----

----- 3) A enorme afluência de público demonstrou também que existe uma enorme apetência por este tipo de espectáculos e que esta é uma forma muito positiva de trazer pessoas a Montemor.-----

----- 4) Será lamentável que o enorme esforço efectuado para a produção deste evento, quer dos grupos que investiram meses de trabalho no mesmo, quer o investimento da própria autarquia, termine aqui.... Montemor-o-Velho precisa de eventos de grande impacto que se realizem com uma periodicidade bem definida que por um lado tragam público a esta vila e por outro lancem ao associativismo NOVOS DESAFIOS, que lhes permitam crescer de forma sustentada. Perder todo o capital de conhecimento acumulado com este projecto, todos os materiais e equipamentos produzidos, parece-nos um enorme desperdício e um grave erro de gestão.-----

----- 5) Uma política cultural para este concelho deve passar pelo estímulo da participação do tecido associativo em eventos de grande impacto junto do público e que realizados numa base regular se irão, com naturalidade impor na região ou mesmo a nível nacional... Este é o caminho a seguir...-----

----- 6) Trazer pessoas novas e criativas para trabalharem com os habitantes deste concelho é um processo que a todos enriquecerá e que feito numa base regular produzirá seguramente bons frutos... Cabe, a todos nós, à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia, estimular o processo, para que bons exemplos como este projecto, se multipliquem trazendo enormes mais valias para todos.-----

----- 7) Este Projecto demonstrou como se podem compatibilizar num só evento vários estilos ou correntes de teatro, bem como, a grandeza do teatro amador no nosso concelho, tão bem apreciado por um público que nunca deixou de gostar, apreciar e valorizar um bom espectáculo de teatro, embora há muito tempo não tivesse tido a oportunidade de assistir a tão grande evento teatral, pelo menos, com tão grande, unânime e transversal opinião de mérito reconhecida por todos com quem falamos, durante os espectáculos e mesmo, durante os dias posteriores aos mesmos.-----

----- CONCLUSÃO -----

----- Os vereadores do Partido Socialista, querem deixar aqui um sincero e veemente voto de louvor ao projecto de teatro "Peregrinações", um agradecimento e aplauso a todos os que nele participaram, à Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e uma saudação muito especial ao nosso grande conterrâneo Dr. Deolindo Pessoa... Gostaríamos de poder

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

continuar a contar com o seu trabalho no futuro... Esperamos uma nova oportunidade, para ver mais um grande trabalho como este, a promover o nosso concelho no país e além fronteiras. Todos sabemos que ele sabe melhor do que ninguém escolher as melhores parcerias e por isso, o nosso incondicional voto de confiança, a bem do Teatro e da Cultura no nosso concelho." -----

----- Retomou de novo a palavra o Presidente da Câmara dizendo que o equipamento e a cenografia ficarão a fazer parte do espólio municipal, porque fará também parte do projecto que aguardam ansiosamente que durante o corrente mês seja decidido, ou seja, a questão das Economias Criativas. Um dos pontos onde têm como parceira a Direcção Regional de Cultura do Centro, é de passarem a sediar em Montemor-o-Velho o maior centro de recursos artísticos da região e onde esta parte fará espólio e se juntará aquilo que é a disponibilidade já manifestada no acordo de parceiros, quando foi apresentada esta candidatura pela Direcção Regional, da consubstanciação desse projecto. -----

----- Esperavam que não houvesse uma desilusão, uma eventual perda de confiança por parte desta candidatura, porque ela, para além de ter sido altamente reforçada e melhorada, irá ao encontro de muitas dessas preocupações ali retratadas, conferindo sobretudo uma visão estratégica que claramente o município de Montemor teve e que muito o orgulha que tenha promovido, mas que tenha sobretudo a singeleza e a humildade de a transparecer e a transferir para aqueles que melhor o fazem. Isto é, na partilha e nas parcerias, sobretudo com as associações que levam a muito bom porto o desenvolvimento cultural do concelho e da região, tiveram a transversalidade de trazer para Montemor o potencial artístico do Baixo Mondego e por isso deveriam agradecer a quem veio de outros concelhos aqui "beber" a cultura, em que Montemor, é hoje, um exemplo. -----

----- Por isso, toda esta produção, desde "O Teatrão" de Coimbra até ao Grupo de Teatro de Tavadre (Figueira da Foz) entre outras entidades, tudo isto é demonstrativo, de facto, não de um "cliché" mas de um "cluster" que definitivamente teriam de agarrar para Montemor e claramente, sobretudo para ele, que está muito orgulhoso de este ano estarem a iniciar o 40.º aniversário do CITEC. Dizia-o com ênfase, com orgulho, e sobretudo, com muita afectividade: até que enfim que voltam a ter teatro em Montemor. -----

----- Não punha em causa determinadas rotas de modernismo, de nichos, de trabalho em performances teatrais que hoje sintetizam muito naquilo que é o CITEMOR. Considera que o CITEMOR hoje é uma marca, mas claramente, para aquilo que é a sua configuração da cultura, para aquilo que é o seu sentimento da partilha do desenvolvimento autóctone

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

dessas matérias, acha que ela foi repor uma tradição, foi repor emblematicamente um património, sobretudo, é vivido pelas pessoas. E é isso que pensa que é muito importante. ---

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **PROPOSTAS** -----

----- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara propôs que, a reunião da Câmara Municipal do dia 2 de Agosto, fosse antecipada para o dia 26 de Julho do corrente ano, pelas 10 horas. ---

----- Propôs ainda que no mês de Agosto as reuniões da Câmara Municipal tivessem lugar nos dias 16 e 30, pelas 10 horas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **Segunda** – Informou que, como era do conhecimento do executivo, a Câmara Municipal na reunião de 24 de Maio do corrente ano, deliberou por unanimidade conceder um apoio financeiro para aquisição de uma bicicleta adaptada ao jovem Telmo João Mendes Pinao, como forma de apoio à sua prática desportiva, na modalidade de ciclismo. -

----- O referido atleta vai participar brevemente no Campeonato do Mundo, estando a angariar apoios para poder minorar as despesas inerentes à sua participação. -----

----- Neste momento já tem salvaguardado metade dessa despesa por parte de alguns patrocinadores, encontrando-se ainda a recolher alguns apoios, junto de algumas Entidades. -----

----- Assim, propunha a atribuição de um subsídio de 1.500,00€, ao atleta Telmo João Mendes Pinao, para ajudar a custear as despesas para participação no Campeonato do Mundo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **Terceira** – Informou que pretendia apresentar uma proposta relativamente a questões mais delicadas que se passam na área da saúde no Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- Teve a oportunidade de ter tido duas reuniões com os responsáveis do ACES BM II, deixando duas ou três notas: -----

----- Primeiro – a área da saúde é uma área cuja transferência de competências para as autarquias, tem vindo a ser discutida, negociada e que tem uma fase de desenvolvimento

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

muito aquém de outras onde muito claramente a postura autárquica é muito mais bem concebida e definida. Leia-se a questão da educação, da protecção civil, etc. Em relação a esta matéria e depois de no último congresso a que teve a oportunidade e a honra de assistir e que teve a Senhora Ministra da Saúde como convidada especial para a discussão de várias destas competências para os municípios, continua a haver ainda um distanciamento muito grande sobre aquilo que é a vontade e o desejo e aquilo que é a concretização e a formalização dessa mesma delegação de competências. -----

----- Dentro deste âmbito, alguns dos aspectos que vai chamar a atenção, claramente que passam também por uma forma ainda muito distante com que ambas as entidades discutem e partilham estes designios. -----

----- Concretamente no que diz respeito ao Concelho de Montemor-o-Velho, acha que a criação do ACES BM II, que agrupou os Concelhos da Figueira da Foz, Soure e Montemor, trouxeram um conjunto de vicissitudes e circunstâncias, para os quais, se por um lado, a representatividade municipal está garantida e assumida, claramente que a faceta da gestão e sobretudo da garantia daquilo que é para si um desiderato claro na governação deste município e que tem ao longo destes anos demonstrado, quer do ponto de vista da coerência, quer do ponto de vista da manutenção intransigente desses designios, que no que diz respeito a: educação, segurança, saúde e segurança social, não deve haver ninguém mais social democrata do que ele. Claramente que nestas matérias, para si, e podendo ser um pouco conservador nessas leituras, continua ideologicamente agarrado à situação obrigatória da manutenção de princípios públicos onde o Serviço Nacional de Saúde, é de facto um pilar. E dentro desta matéria não podem ter dois discursos e dois comportamentos. E dentro desta matéria, denuncia um processo onde escasseia qualquer tipo de diálogo formal e planeado quando confrontando as atitudes dos responsáveis de saúde e o que foi conseguido na área da educação. Por muito que discordem de alguns aspectos, pelo menos têm que salvaguardar que tem havido diálogo, tem havido etapas progressivas para atingirem desideratos que sobretudo tragam objectivamente dois pontos concretos: melhoria das condições pedagógicas infraestruturais e sobretudo de formação cívica de cidadania. -----

----- Por outro lado, concretização prévia de equipamentos, redes de mobilidade e satisfações alternativas de complementaridade que pressuponham que a criança quando sai do local A e vai para o local B, essas mesmas condições têm qualitativamente um saldo significativo para a prossecução dos objectivos anteriormente mencionados. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

----- Quando chega a área da saúde começa logo por dizer que não há uma carta municipal ou intermunicipal de saúde, como há uma carta municipal de educação de protecção de risco. Onde é que estava o desafio feito aos municípios, por exemplo da Figueira, de Soure ou de Montemor para terem numa visão globalizante desta matéria. Já teve oportunidade de dizer que estas leituras do municipalismo em termos da integração estratégica dos seus objectivos, deve ser partilhada numa visão complementar, numa região ou de uma sub-região. -----

----- Em primeiro lugar estão as pessoas, estão os utentes e dentro dessa matéria deixar bem claro que o Concelho de Montemor tem neste momento sete médicos a menos. Não podem ser os cidadãos e os utentes os prejudicados e serem confrontados com o encerramento de extensões, com o encerramento de CAC'S, com o prenuncio que não há recursos. Todo este enquadramento para dizer que hoje mesmo, o CAC em Montemor está fechado das 8 às 14 horas. Repudia veemente esta circunstância e muito menos que ela venha a ser ultrapassada com o encerramento de qualquer das extensões que hoje fazem parte da oferta de saúde do Concelho. A reposição tem que ser assumida por quem de direito a começar onde já falou no ACES BM II, passando para a ARS Centro, indo à tutela, para que o Concelho de Montemor mantenha hoje uma oferta qualitativa de médicos e de outros recursos que neste momento são parcos e que põem em causa a leitura territorial do Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- Não se pode ter tomado a decisão aleatória, nada partilhada nem nada dialogada de dividir este Concelho em duas pretensas regiões. De um lado ficou Arazede com um conjunto de freguesias anexas (Seixo e Liceia) e do outro lado ficou todo o resto. Estas circunstâncias devem ser claramente discutidas numa estratégia de melhoria das condições de garantia de mobilidade de não esquecimento do envelhecimento das populações. Que esta clara circunstância vai ser discutida com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia deste Concelho. Fazer o que fez para a Educação, fazer o que fez para o risco e para a Protecção Civil e garantidamente denunciar que hoje começou um dia muito "azedo" para quem é responsável pelo ACES do Baixo Mondego, pela ARS Centro e por quem é responsável por esta tutela. -----

----- O Concelho tem perdido circunstancialmente técnicos, recursos administrativos, médicos, enfermeiros. O Ministério tem que ser chamado à responsabilidade para que o Concelho de Montemor, tenha a consciência de que os seus políticos estão atentos e não permitirão que por condições economicistas venham por em causa as pessoas, a qualidade dos serviços de saúde. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

----- Distingue dois pontos: -----

----- Contrário total à extinção ou encerramento de qualquer uma das extensões existentes no Concelho sem discussão prévia com o poder político autárquico local concelhio, com uma leitura clara junto das populações que salvaguarde os pressupostos atrás evocados: melhoria das condições, mobilidade garantida e periodicidade clara. -----

----- Hoje a atitude tomada, é um pronuncio que protestam e que reclamam, exigindo uma reposição clara dos recursos humanos que possam por e garantir a oferta de saúde dentro dos pressupostos evocados e que continuam a achar imprescindíveis que este país mantenha e onde o Serviço Nacional de Saúde é uma peça elementar. -----

----- Seguidamente apresentou a seguinte proposta: -----

----- “O acesso à Saúde para todos e a prestação de cuidados às populações, é uma responsabilidade do Estado mas que, constitui uma das preocupações principais do Executivo de Montemor-o-Velho. -----

----- Confrontada, a Autarquia, com a reestruturação e integração no ACES BM II, em que a situação do atendimento actual, na UCSP – Unidade Cuidados de Saúde Personalizados de Montemor-o-Velho, nomeadamente da Divisão do Centro de Saúde do Concelho de Montemor-o-Velho em duas UCSP criando, do nosso ponto de vista, uma visão dual para a população residente e utentes inscritos nas diversas extensões de saúde minimiza, assim, uma gestão integrada e completa do concelho que deve ser potenciada como um todo, veio a reflectir-se no encerramento do CAC de Montemor-o-Velho (Consulta de Atendimento Complementar) no período das 8h às 14 horas, a partir de hoje, dia 19 do corrente. -----

----- Assim, o Município de Montemor-o-Velho: -----

----- Considerando que a Proposta de Trabalho em Unidades Funcionais é uma matéria de elevada importância para a vida das nossas populações, deve ser alvo de um estudo de fundamentação da sua viabilidade bem como de um amplo debate com todos os parceiros locais, nomeadamente, com as Juntas de Freguesia e posterior reunião com os Profissionais do Sector que operam no terreno; -----

----- Considerando a dimensão territorial do Concelho de Montemor-o-Velho e a sua dispersão, bem como a possibilidade de constituir uma zona de risco quer, no Verão pelos riscos de incêndio e sinistralidade pelo facto de estar no eixo de duas auto estradas e, no Inverno, poder ser alvo de cheias, não pode ser feita uma reestruturação que tenha apenas em linha de conta dados estatísticos das populações alvo e residente; -----



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

----- Considerando que a política da qualidade da prestação dos cuidados de saúde e, a rentabilização de recursos humanos e materiais bem como a melhoria na acessibilidade e atendimento aos utentes deve ser garantida com bons profissionais, a Autarquia, não pode aceitar a redução do número de médicos na UCSP de Montemor-o-Velho de 10 para 7 quando, em rigor, hoje deveriam estar, nesta Unidade, 12 médicos ao serviço das populações bem como a redução de 22 médicos para 16 se se vier a confirmar este cenário no concelho;-----

----- Confrontada com o encerramento do CAC de Montemor-o-Velho, a partir de hoje, dia 19, o Executivo de Montemor-o-Velho, aprova nesta sessão ordinária de Câmara o seu mais veemente protesto do qual dará conhecimento público à Tutela do Ministério da Saúde, as instâncias regionais e locais, bem como desencadeará todas as iniciativas que reponham o normal funcionamento do CAC". -----

----- Seguidamente usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que, em relação à proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, os Vereadores do Partido Socialista sabem o que é que está subjacente. Por tal facto tem o apoio incondicional dos Vereadores do Partido Socialista. Se o Senhor Presidente prima pela saúde dos cidadãos, os Vereadores do Partido Socialista, também primam pela saúde, defendem o Serviço Nacional de Saúde, não concordando com o que se está a passar, nomeadamente no Concelho de Montemor-o-Velho. Como responsável político do Partido Socialista, já intervii numa situação deste foro e não pode ser desconhecedor do que se está a passar. É evidente que concordam, subscrevem por baixo tudo o que consta da proposta apresentada. -----

----- No entanto, é bom que se perceba que não se pode cair em demagogias. Sabem que há um problema concreto e efectivo no Concelho de Montemor-o-Velho e noutros Concelhos da ARS Centro; a reforma antecipada dos médicos fez com que este problema se agudizasse ao ponto a que chegou. Portanto, isso é incontornável. Há um aspecto da proposta que lhe parece muito positivo, que é começarem no Concelho, a serem protagonistas e estarem na vanguarda na defesa dos interesses dos munícipes da saúde e criarem as próprias estratégias e a própria força de pressão junto dos Ministérios, para que se sejam diferentes dos outros. -----

----- Ficou preocupado e irá transmitir essa preocupação junto das entidades com alguns prenúncios, em relação à gestão dos ACES. Não está a gostar também mas não tem provas concretas, mas do que é conhecedor, pensa que Montemor-o-Velho, não está a ser bem tratado e por isso mesmo, gostaria se fosse possível, da mesma forma peremptória tão aberta como está a fazer a sua intervenção, mesmo sabendo que isto tem implicações

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

políticas, é o seu partido que está no governo, mas com toda a clareza está ao lado das pessoas de Montemor, e daqueles que, independentemente do partido, que defendem os interesses das pessoas de Montemor. -----

----- Portanto gostaria de saber se há alguma coisa em relação às ACES e ele próprio irá transmitir a quem de direito, essas queixas e essas insatisfações. -----

----- Gostaria de apelar ao Presidente que por si, promovesse diálogo directo com o Presidente da ARS porque efectivamente precisa-se é do problema resolvido, não precisam só do protesto. O Senhor Presidente da ARS tem sido uma pessoa sensível aos interesses de Montemor, nos contactos que já fez com ele. -----

----- Por isso, apelava ao Senhor Presidente, se assim o entender, que marque uma audiência com ele e que defenda a solução imediata para Montemor. Isto não tem uma solução definitiva. A falta de médicos não é suprível e isto é um erro político de vários partidos que estiveram no Governo e permitiram que algumas forças na medicina não deixassem formar novos médicos e hoje se chegasse à situação de contratar médicos no estrangeiro e de ter alunos portugueses no estrangeiro para poderem ter um curso de medicina, com a grave falta de médicos neste país. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que: -----

----- Primeiro – foi-lhe garantido que esta suspensão seria temporária até finais de Setembro. Tem muito receio que o provisório se transforme em definitivo. Em relação a esta matéria, há uma prevenção e uma cautela. -----

----- Segundo – Esta leitura com o Senhor Dirigente Regional na área da Saúde deve ocorrer a seguir a uma reunião que será feita com os Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho. O período que se está a atravessar é delicado, devido às férias de uns e de outros. Espera que, durante o próximo mês de Agosto, haja uma evolução. -----

----- A questão fulcral do seu ponto de vista é de facto ter um plano futuro, porque dentro de propostas que já teve oportunidade de ler, comunga de algumas dessas visões, mas têm que ser coerentes e complementares. Não se pode estar a tentar criar no poder político alguma “alimentação” de um pretenso “isco” e continuar a haver atitudes avulsas e desconexas. -----

----- Em relação ao ACES BM II aquilo que lhe parece e que diz, mantém até hoje o benefício da dúvida e nem quer que ela seja criada como uma hostilização para que isto não sirva depois de ricochete. Isto é: tem as suas dúvidas também, pretensamente já as manifestou de uma forma formal e frontal, mas acha que neste momento esse passo ficará para as reuniões que ocorrerão em Setembro, para discussão do futuro da reorganização

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

territorial do Concelho de Montemor, em termos de oferta condigna de qualidade da saúde. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **Quarta** – Informou que, neste momento, a situação quer nacional, quer internacional, do ponto de vista das restrições e das medidas que foram apenas ao PEC para a Administração Pública quer Central, quer Regional e local, obrigam a que se tenha determinado tipo de preocupações e de premissas, nomeadamente algumas delas já postos em execução ao longo do corrente ano, por decisões tomadas e aprovadas, quer pelo executivo, quer pelas negociações tidas com as Juntas de Freguesia, nomeadamente aquando das restrições e pensa que os Senhores Vereadores estão a par dessa situação, em relação àquilo que estava no orçamento de estado foram cortados os 5% que tinham sido anunciados pelo Governo para atribuição de reforço em 2010 aos municípios. Essas transferências foram reduzidas no caso de Montemor em 4%, relativamente ao ano transacto, o que significa que houve um corte de receitas substancial, cerca de 400.000,00€.

----- Em relação ao que foi tratado e negociado pelas Juntas de Freguesia, a maioria dessas Juntas, reduziram em 50% as transferências financeiras feitas pelo município directamente para essas Juntas. -----

----- Em relação ao primeiro semestre do corrente ano, para poder minorar algumas das despesas estruturais da Câmara, conseguiram reduzir em cerca de 3,4% a despesa de pessoal e os fornecimentos e serviços externos foram reduzidos em 6,3%. Em média a estrutura fixa da despesa baixou cerca de 4,5%. -----

----- Este esforço não foi contraposto por manutenção da receita, pois esta caiu precisamente 4,96%, nos impostos directos e nos impostos indirectos, fruto da situação financeira, do não investimento, etc. -----

----- Significa que este esforço vai levar a que a Câmara mantenha outras medidas e ao mesmo tempo, dentro de um espírito dialogante e de perseverança na manutenção de um relacionamento importante, que mantenha a sociedade civil agilizada e sensível para esta matéria no plano das transferências. Basta olhar para as Contas de Gerência dos últimos três anos, em que as transferências quer correntes quer de capital têm atingido um valor variável entre 1.200.000,00€ e 1.300.000,00€. Estão abrangidas por estas transferências as Juntas de Freguesia, mas também o Associativismo e dentro do associativismo a particularidade da Protecção Civil/Bombeiros Voluntários/Serviços Sociais dos Trabalhadores

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

da Câmara Municipal, etc., em que estes valores têm de ser claramente mais atentos num momento mais delicado.-----

----- Dentro dessa matéria, apresentará até ao final do corrente mês as ultimas listagens de subsídios que são atribuídos às associações no espírito do "ano recreativo, cultural e desportivo" que normalmente varia entre 1 de Setembro e 31 de Julho, bem como todos os compromissos assumidos na sequência dos contratos-programa e dos acordos assinados com todo o "Associativismo" concelhio.-----

----- Posteriormente, a 1 de Agosto, e de acordo com deliberações já tomadas pelo executivo municipal, da necessidade de haver sempre sustentabilidade funcional e financeira, do ponto de vista dos acordos e dos contratos-programa, para os financiamentos, propõe a suspensão do Regulamento de Apoio ao Associativismo, seguindo-se durante os meses de Outubro e Novembro negociações e uma reapreciação de um novo texto desse mesmo regulamento, que venha a possibilitar a "oxigenação" do tecido associativo concelhio, para as áreas mais prioritárias e mais sensíveis, e que combata o "subsidiarismo" exclusivo, que muitas vezes provocou a não autonomia e a não autenticidade da funcionalidade desse mesmo tecido associativo, face às circunstâncias vigentes. -----

----- Dentro dessa matéria, está preparado um ofício que a Câmara Municipal vai dirigir a todo o tecido associativo, onde é assumido o Protocolo financeiro decorrente das deliberações aprovadas pelo executivo municipal e remete para uma suspensão desse regulamento até ao final do corrente ano. Este será readaptado nos próximos 5 meses e, ao mesmo tempo, serão realizadas reuniões de trabalho com o tecido associativo cultural, desportivo, recreativo e social para a partir do ano de 2011, incorporando o novo ano de transição 2010/2011 com outras premissas e outras circunstâncias. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista concordam com a proposta apresentada para a revisão do Regulamento do Associativismo, uma vez que esta revisão fazia parte do programa eleitoral do Partido Socialista, sendo certo que a simples suspensão afigura-se algo preocupante neste sentido: se o senhor Presidente da Câmara lhes garantir de que as associações que tenham compromissos com desporto federado e com outras entidades têm assegurados os apoios, os Vereadores do Partido Socialista concordam com esta proposta. Esta ressalva é importante para os Vereadores do Partido Socialista mas se o senhor Presidente da Câmara garante esta situação, votam favoravelmente esta proposta. -----

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO*****Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que a maioria destes relatórios de actividade estão sujeitos ao terminus da actividade desportiva ou cultural de uma "época". Esta, tal como já referiu anteriormente, tem início em Setembro e termina em Julho, e neste momento as deliberações que têm vindo a tomar baseiam-se naquilo que foi a "época" que agora encerra.-----

----- É por esse motivo que esta vai ser a "oxigenação" financeira para a possibilidade desse mesmo tecido associativo poder honrar compromissos na reabertura da "época".-----

----- Disse ainda que gostaria de ali manifestar, um protesto claro, directo, formal e institucional a que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho se deverá associar no momento exacto, de que a maioria destes apoios que estão a ser dados ao tecido associativo do Concelho de Montemor, e o mesmo se passará noutros concelhos, servem apenas de transferência para associações distritais de índole desportivo. Essas associações, hoje, vivem de uma burocracia e de um apoio, que a maioria do tecido associativo rural, que compõem o concelho de Montemor-o-Velho, acaba por ser apenas um veículo de transporte dessas mesmas verbas. -----

----- Por isso esta situação terá que ser denunciado no momento exacto, pontualmente verificado, uma vez que, por exemplo, hoje clubes como o Grupo Desportivo "Os Águias", o Clube Desportivo Carapinheirense e a Associação Desportiva Cultural Recreativa de Pereira, para poderem manter as suas actividades regulares, se fossem inscrever os mesmos escalões, as verbas atribuídas praticamente seriam para a inscrição dos jogadores. Qual é o valor acrescentado, onde vão pontuar a formação pedagógica, a formação escolar, a formação desportiva, onde exigem, para que estes clubes sejam apoiados, e porque se configuram à área da formação e da dinâmica dos escalões jovens, que eles possam ser portadores nesta formação de quadros técnicos, com valorização nas áreas de especialidade e nas áreas generalistas, neste caso concreto da expressão físico-motora, que custam, e que deveriam ser por isso premiados, quando os montantes destinados a este fim são simplesmente desviados para fazerem pagamentos e inscrições dos jogadores, do clube nos diferentes níveis competitivos, trazendo como todos sabem, e ainda mais grave e denunciante, muitas vezes uma pouca representatividade do próprio concelho nos órgãos dirigentes dessas associações, salvaguardando interesses dos clubes, esses sim, que se destinam à alta competição, a que esses financiamentos se destinam, perdendo-se todo o ensejo daquilo que é um triangulo fabuloso, onde existe o clube, a escola e a autarquia. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

----- Dentro desta matéria, esta denuncia tem que ser acompanhada de uma sustentabilidade que permita que se tenha em circunstâncias paralelas o efeito da formação, acompanhado pelo efeito do rendimento.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista se associam ao protesto apresentado pelo Presidente da Câmara. É algo que também comungam, embora separem o desporto de competição do desporto de formação.-----

----- Considera que este protesto é tão mais pertinente no desporto de formação, no esforço que as colectividades fazem para formar atletas e, efectivamente, é de lamentar aquilo que se cobra. E aquilo que se cobra não corresponde ao serviço prestado, porque se se justificasse a cobrança daquelas taxas e daqueles montantes com um serviço prestado às colectividades, que é rigorosamente nulo. Têm conhecimento que as colectividades quando precisam de apoio técnico ou quando precisam de qualquer problema resolvido, as associações referidas pelo Presidente da Câmara nada fazem, estão ao serviço de outros interesses, que não o verdadeiro desporto de formação.-----

----- Assim, pode contar com o apoio dos Vereadores do Partido Socialista nesse protesto e estarão sempre disponíveis para o acompanhar nessa luta, que também é deles.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- **Quinta** – Informou que neste fim-de-semana foi publicado no Expresso, na sua revista Única, que Gonçalo Cadilhe, figura reputada portuguesa de várias peregrinações, vai percorrer novamente o mundo, numa nova peregrinação, destinada e dedicada a Fernão Mendes Pinto. Esta surge no encontro de um desafio dentro da partilha daquelas comunicações realizadas no primeiro semestre deste ano, evocativas dos 500 anos de Fernão Mendes Pinto, e que irá percorrer as partes mais interessantes que Fernão Mendes Pinto, ao longo da sua vida percorreu, sobretudo no Oriente.-----

----- Nas páginas da revista Única pode-se verificar que toda a entrevista feita a Gonçalo Cadilhe contém fotografias com imagens de Montemor (Castelo e Ruas da Cultura, entre outras). Esta peregrinação que vai ser desenvolvida teve da parte da entidade “Gonçalo Cadilhe” um desafio para patrocínios diferentes e diversos a várias entidades, uma vez que estavam a falar de um volume financeiro muito grande.-----

----- A proposta inicial apresentada à Câmara Municipal de Montemor-o-Velho era de 10.000,00€, que recusou.-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

----- Neste momento, o valor da proposta é sensivelmente metade daquele valor. Assim, tendo em conta que existe muito mais sponsorizações e pelo produto já visto, propunha que a Câmara Municipal assumisse formal e oficialmente o patrocínio desta viagem, até ao montante de 5.000,00€, dado que através desta vai ser retratada a saída de Montemor e outras situações relacionadas com a peregrinação e com Fernão Mendes Pinto (documento anexo à presente acta sob o número um).-----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que em relação a esta proposta, os Vereadores do Partido Socialista consideram esta iniciativa pertinente, de superior interesse para o concelho.-----

----- É evidente que o montante financeiro que é proposto é elevado, tendo em conta aquilo que são as disponibilidades do município e o estado actual da economia do País e das próprias finanças municipais, sendo certo, contudo que os Vereadores do Partido Socialista estarão disponível para viabilizar esse montante anunciado pelo senhor Presidente da Câmara, desde que os serviços da Câmara Municipal negoceiem ao pormenor, a questão da imagem de Montemor-o-Velho.-----

----- É preciso que Gonçalo Cadilhe perceba que é importante o montante financeiro de patrocínio, mas também é importante levar o nome de Montemor-o-Velho, terra natal de Fernão Mendes Pinto e, quer queiram quer não, fazer uma homenagem a Fernão Mendes Pinto tem que ter como referencia Montemor-o-Velho. Montemor-o-Velho é um nome, é uma marca que também tem o seu valor, o seu peso institucional.-----

----- Disse ainda que gostaria de transmitir o apoio incondicional dos Vereadores do Partido Socialista à proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, sabem que se atravessa um momento delicado, até porque estão a aprovar constrangimentos financeiros e reduções de apoios financeiros, sendo certo, contudo, que os benefícios que esta peregrinação de Gonçalo Cadilhe pode trazer para Montemor também são muitos e por isso o "tecto" que o senhor Presidente anunciou de 6.000,00€ parece-lhes viável, desde que seja negociado, nos termos que referiu anteriormente.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- **DA VEREADORA PAULA RAMA** -----

----- **Primeira** – A Vereadora Paula Rama informou que os Vereadores do Partido Socialista gostariam de deixar um elogio e um cumprimento para o Agrupamento de Escuteiros 1207 da Carapinheira, por todo o trabalho que têm desenvolvido ao longo deste ultimo ano e

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

que têm contado sempre com o apoio da Câmara Municipal de Montemor. No dia 18 de Julho, dia do encerramento das actividades anuais deste Agrupamento de Escuteiros, que culminou com a inauguração do busto Baden Powell e de um painel de azulejos comemorativo no muro do adro da Igreja da Carapinheira.-----

----- Endereçava os parabéns ao Agrupamento de Escuteiros 1207 da Carapinheira pelo trabalho que têm desenvolvido e espera que, no próximo ano, continuem esse trabalho.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

#### **----- I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----**

#### **----- 1-DIVISÃO FINANCEIRA -----**

#### **----- SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----**

#### **----- 1 – EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE ---**

#### **----- PROJECTO PPI NO ÂMBITO DO QREN -----**

#### **----- – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO (CAR) -----**

#### **----- – APROVAÇÃO DA PROPOSTA -----**

----- No seguimento do deliberado em reunião de Câmara de 05 de Julho de 2010, sobre o assunto em epígrafe, foi comunicada a adjudicação do empréstimo em causa à Caixa Geral de Depósitos, S.A., solicitando que fossem enviadas a esta autarquia as respectivas cláusulas contratuais. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as referidas cláusulas contratuais do empréstimo de longo prazo para financiamento do Projecto PPI no âmbito do QREN – Centro de Alto Rendimento (CAR), até ao montante de 2.784.500,00€ à Caixa Geral de Depósitos, S.A. -----

----- Mais deliberou por unanimidade remeter este assunto à Assembleia Municipal nos termos do artº. 53º n.º 2, d) da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi introduzida pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação e autorização do empréstimo de longo prazo para financiamento do Projecto PPI no âmbito do QREN – “Centro de Alto Rendimento (CAR)”. -----

----- A Câmara tomou ainda conhecimento de que este empréstimo carece de autorização por parte do Ministério das Finanças, nos termos do n.º 6, do art.º 39, da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) cujo pedido já foi efectuado mas que, nesta data, ainda não foi recebida qualquer comunicação nesse sentido. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### **----- 2 – EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE ---**

#### **----- PROJECTO PPI NO ÂMBITO DO QREN -----**

#### **----- – CENTRO EDUCATIVO DE MONTEMOR-O-VELHO -----**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

#### ----- - APROVAÇÃO DA PROPOSTA -----

----- No seguimento do deliberado em reunião de Câmara de 05 de Julho de 2010, sobre o assunto em epígrafe, foi comunicada a intenção de adjudicação do empréstimo em causa à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego, CRL tendo sido solicitado à Caixa Geral de Depósitos, S.A., que se pronunciasse em sede de audiência prévia, não tendo sido apresentada qualquer reclamação. -----

----- Pelos serviços foi solicitado à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego, CRL, que fossem enviadas à autarquia as respectivas cláusulas contratuais. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adjudicar definitivamente a contracção do empréstimo bem como aprovar as referidas cláusulas contratuais do empréstimo de longo prazo para financiamento do Projecto PPI no âmbito do QREN – “Centro Educativo de Montemor-o-Velho”, até ao montante de 543.800,00€ à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego, CRL. -----

----- Mais deliberou por unanimidade remeter este assunto à Assembleia Municipal nos termos do art.º 53º n.º 2, d) da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi introduzida pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação e autorização do empréstimo de longo prazo para financiamento do Projecto PPI no âmbito do QREN – “Centro Educativo de Montemor-o-Velho”. -----

----- A Câmara tomou ainda conhecimento de que este empréstimo carece de autorização por parte do Ministério das Finanças, nos termos do n.º 6, do art.º 39, da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) cujo pedido já foi efectuado mas que, nesta data, ainda não foi recebida qualquer comunicação nesse sentido. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### -----SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO-----

##### ----- 1 – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO -----

##### ----- (CAR) – FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS -----

##### ----- – PLATAFORMA E BARCOS DE APOIO-----

----- Foi presente uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- “No seguimento da delegação de competências que foi efectuada no júri do concurso, relativo à aquisição em epígrafe, cumpre-me informar V. Exa., que o mesmo deu hoje seguimento à lista de erros e omissões que foram apresentados pelo concorrente, na plataforma electrónica. -----

----- Assim sendo, sugere-se que V. Exa., fixe nova data para a entrega das propostas, nos termos do n.º 3 do art.º 61.º do Dec. Lei nº. 18/2008, de 29 de Janeiro, no sentido de dar

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

celeridade ao processo, tendo presente que o prazo para a apresentação das propostas terminava a 5 de Julho.-----

----- Assim, sugerem-se a V. Exa., as seguintes datas: -----

----- 1) entrega das propostas até às 23H59 do dia 08/07/2010; -----

----- 2) abertura das propostas no dia 09/07/2010-----

----- Esta suspensão de prazo deverá ser presente em reunião do Executivo para ratificação". -----

----- Tendo presente o disposto no n.º 4 do art.º 64.º da legislação atrás mencionada, deve publicitar-se em Diário da República e no JOUE, a respectiva suspensão de prazo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 2 de Julho de 2010, de acordo com o atrás exposto, e nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **2 – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO-----**

----- **(CAR) – FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS -----**

----- **– MOBILIÁRIO ESPECÍFICO -----**

----- Foi presente uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- “No seguimento da delegação de competências que foi efectuada no júri do concurso, relativo à aquisição em epígrafe, cumpre-me informar V. Exa., que o mesmo deu hoje seguimento à lista de erros e omissões que foram apresentados pelo concorrente, na plataforma electrónica. -----

----- Assim sendo, sugere-se que V. Exa., fixe nova data para a entrega das propostas, nos termos do n.º 2 do art.º 64.º do Dec. Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, no sentido de dar celeridade ao processo, tendo presente que o prazo para a apresentação das propostas terminava a 5 de Julho. -----

----- Assim, sugerem-se a V. Exa., as seguintes datas: -----

----- 1) entrega das propostas até às 23H59 do dia 11/07/2010; -----

----- 2) abertura das propostas no dia 12/07/2010-----

----- A Câmara tomou conhecimento do despacho do Senhor Presidente da Câmara de 2 de Julho de 2010. -----

----- **3 – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO-----**

----- **(CAR) – FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS -----**

----- **– BALIZAGEM -----**

----- Foi presente uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

----- “No seguimento da delegação de competências que foi efectuada no júri do concurso, relativo à aquisição em epígrafe, cumpre-me informar V. Exa., que o mesmo deu hoje seguimento à lista de erros e omissões que foram apresentados pelo concorrente, na plataforma electrónica. -----

----- Assim sendo, sugere-se que V. Exa., fixe nova data para a entrega das propostas, nos termos do n.º 2 do art.º 64.º do Dec. Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, no sentido de dar celeridade ao processo, tendo presente que o prazo para a apresentação das propostas terminava a 5 de Julho.-----

----- Assim, sugerem-se a V. Exa., as seguintes datas: -----

----- 1) entrega das propostas até às 23H59 do dia 11/07/2010;-----

----- 2) abertura das propostas no dia 12/07/2010 -----

----- Esta prorrogação de prazo deverá ser presente em reunião do Executivo para ratificação. -----

----- Tendo presente o disposto no n.º 4 do art.º 64.º da legislação atrás mencionada, deve publicitar-se em Diário da República e no JOUE, a respectiva prorrogação de prazo.----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade proceder à ratificação de acordo com o atrás exposto.-----

----- **4 – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO-----**

----- **(CAR) – FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS -----**

----- **– SISTEMA DE CRONOMETRAGEM -----**

----- **– PROPOSTA DE DECISÃO DO JURI DO PROCEDIMENTO-----**

----- Foi presente uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- “Na sequência do projecto de decisão do Júri do procedimento em epígrafe, e tendo em conta que o mesmo se enquadra no âmbito do art.º 125.º n.º 1 e 2 do CCP, não existe lugar a relatório preliminar e final, podendo ser feita a adjudicação à única empresa concorrente pelo valor proposto uma vez que respeita todos os pontos mencionados no programa de concurso e caderno de encargos. -----

----- Assim sendo, pode o fornecimento ser efectuado pela empresa Nautiquatro, pelo valor de € 77.474,25 + IVA à taxa legal em vigor, para posterior pedido de documentos de habilitação de acordo com o art.º 126.º do CCP. -----

----- A Câmara tomou conhecimento da adjudicação do fornecimento do referido material à empresa Nautiquatro, pelo valor de € 77.474,25 + IVA à taxa legal em vigor. -----

----- **5 – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO-----**

----- **(CAR) – FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS -----**

----- **– BALIZAGEM-----**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

#### **----- - PROPOSTA DE DECISÃO DO JURI DO PROCEDIMENTO -----**

----- Foi presente uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- “Na sequência do projecto de decisão do Júri do procedimento em epígrafe, e tendo em conta que o mesmo se enquadra no âmbito do art.º 125.º n.º 1 e 2 do CCP, não existe lugar a relatório preliminar e final, podendo ser feita a adjudicação à única empresa concorrente pelo valor proposto uma vez que respeita todos os pontos mencionados no programa de concurso e caderno de encargos. -----

----- Assim sendo, pode o fornecimento ser efectuado pela empresa Nautiquatro, pelo valor de € 136.475,00 + IVA à taxa legal em vigor, para posterior pedido de documentos de habilitação de acordo com o art.º 126.º do CCP.-----

----- A Câmara tomou conhecimento da adjudicação do fornecimento do referido material à empresa Nautiquatro, pelo valor de € 136.475,00 + IVA à taxa legal em vigor. -----

#### **----- 6 – AQUISIÇÃO DA PARCELA 4 DESTINADA À OBRA DE -----**

#### **----- REGENERAÇÃO URBANA – PERCURSO PEDONAL ASSISTIDO ---**

#### **----- (ASCENSOR MECÂNICO) -----**

----- Foi presente uma informação dos serviços sobre o assunto em epígrafe: -----

----- “Na sequência da notificação efectuada aos proprietários das parcelas necessárias à obra de Regeneração Urbana - Ascensor Mecânico, veio a proprietária da parcela 4, Arminda Tomé, manifestar o seu desagrado quanto ao valor proposto pela Câmara Municipal para a aquisição de 61,60 m2 do prédio que correspondia ao montante de 1.946,74€. -----

----- Apresentou uma contraproposta para que a Câmara Municipal adquira a totalidade do prédio, ou seja, os 253,48 m2, “visto que a área restante ficará muito reduzida, inutilizável e desvalorizada com a obra”, propondo um valor mais justo, uma vez que o prédio se encontra à venda numa imobiliária pelo dobro do valor proposto. -----

----- Nessa sequência foram estabelecidos contactos telefónicos com o filho da proprietária, Mirsilo Figueira, tendo sido informado de que a Câmara poderia eventualmente adquirir a totalidade do prédio pelo valor unitário do terreno apurado pelo perito da lista oficial, engenheiro Júlio do Fundo Granjo, ou seja, 31,60€/m2, o que perfaz um total de 8.009,97€ (oito mil e nove euros e noventa e sete cêntimos) para a aquisição dos 253,48 m2, à semelhança do que a Câmara Municipal já deliberou para a aquisição da totalidade da parcela 2. -----

----- Face a este contacto telefónico veio o filho da proprietário, via telefónica, informar de que estariam dispostos para a venda da totalidade do prédio pelo valor unitário de

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

31,60/m<sup>2</sup> e que se encontrariam a reunir a documentação necessária para a celebração da respectiva escritura de compra e venda. -----

----- Importa, pois, que a Câmara Municipal delibere, se assim o entender, no sentido da aquisição da totalidade do prédio (253,48 m<sup>2</sup>) pelo valor unitário apurado pelo perito o que perfaz um total de 8.009,97€ (oito mil e nove euros e noventa e sete cêntimos) para que se notifique formalmente a proprietária dessa decisão e para que se realize a respectiva escritura de compra e venda". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com cinco a favor da Bancada Montemor, Sempre e dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, adquirir a totalidade do prédio (253,48 m<sup>2</sup>) pelo valor total de 8.009,97€ (oito mil e nove euros e noventa e sete cêntimos). -----

#### **-----SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----**

##### **-----TESOURARIA -----**

##### **----- 1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 16 de Julho do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 926.290,88 € (novecentos e vinte e seis mil duzentos e noventa euros e oitenta e oito cêntimos) e em Operações de Tesouraria de 309.048,10 (trezentos e nove mil e quarenta e oito euros e dez cêntimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

##### **-----2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----**

##### **-----SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----**

##### **-----SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS-----**

##### **-----SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-----**

##### **-----II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----**

##### **----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA -----**

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre o dia 5 e o dia 16 de Julho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

##### **----- 2 – ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DO LOTEAMENTO TITULADO COM -----**

----- O ALVARÁ Nº. 5/2001, REQUERIDO POR DOMINLOPES DE -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

----- MONTEMOR-O-VELHO – PROPOSTA DE ABERTURA DE -----  
 ----- CONSULTA PÚBLICA E APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO -----  
 ----- – PROCº Nº. 2/2010 -----

----- Foi proposto pelos Serviços na informação DOT nº. 121-TR/2010, que relativamente ao processo em epígrafe, se proceda à abertura do período de consulta pública, uma vez que não foi cumprido o disposto no nº. 3 do artigo 27º. do Dec- Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção.-----

----- É ainda sugerido pelos Serviços que caso não haja registo de qualquer exposição/contestação sobre o assunto, durante o período de discussão pública, seja considerado aprovado o pedido de alteração de loteamento nos moldes da informação mencionada.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada e submeter o pedido a discussão pública, conforme o nº. 2 do artigo 27º do Decreto-Lei 555/99, com a redacção actual. -----

----- Mais deliberou que, decorrido o prazo concedido na lei sem que haja exposições/contestações sobre o assunto, aprovar a alteração ao loteamento nos moldes da informação dos Serviços atrás mencionada.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **3 – PROPOSTA PARA DECLARAÇÃO DA CADUCIDADE DO PEDIDO**  
 ----- **DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA PARA A OBRA DE CONSTRUÇÃO --**  
 ----- **DE MORADIA, SITA NO LOTE 10 DO LOTEAMENTO DO -----**  
 ----- **ARNEIRO, FREGUESIA DE CARAPINHEIRA, CUJO REQUERENTE ---**  
 ----- **É A FIRMA “POPULARGEST – GESTÃO DE IMOVEIS, LDA” -----**  
 ----- **– PROC. Nº. 53/2008-----**

----- Foi presente a informação dos Serviços nº 185/2010, datada de 25 de Junho do ano em curso, a informar que deveria ser declarada a caducidade do acto de admissão da comunicação prévia ocorrido por despacho do Sr. Vereador com Competências Delegadas datado de 23/02/2009, pelo facto das obras não terem sido iniciadas no prazo de 1 ano, conforme prevê o nº. 2 do artigo 71º. do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, o que se confirmou após deslocação da Fiscalização ao local. -----

----- Após ter sido feita audiência prévia ao interessado, concedendo-lhe um prazo de 10 dias para se pronunciar, sem que haja registo de entrada de qualquer exposição sobre o assunto, é proposta pelos Serviços, a declaração de caducidade do acto de admissão da comunicação prévia, a qual deve ser declarada pelo Executivo Municipal nos termos do nº. 5 do artigo 71º. do RJUE.-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade declarar a caducidade do acto de admissão da comunicação prévia, nos termos do nº. 5 do artigo 71º. do RJUE.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **4 – PROPOSTA PARA DECLARAÇÃO DA CADUCIDADE DO PEDIDO**  
 ----- **DE COMUNICAÇÃO PREVIA PARA A OBRA DE CONSTRUÇÃO --**  
 ----- **DE MORADIA, SITA NO LOTE 11 DO LOTEAMENTO DO -----**  
 ----- **ARNEIRO, FREGUESIA DE CARAPINHEIRA, CUJO REQUERENTE---**  
 ----- **É A FIRMA “POPULARGEST – GESTÃO DE IMOVEIS, LDA”-----**  
 ----- **– PROC. Nº. 49/2008-----**

----- Foi presente a informação dos Serviços nº 180/2010, datada de 24 de Junho do ano em curso, a informar que deveria ser declarada a caducidade do acto de admissão da comunicação prévia ocorrido por despacho do Sr. Vereador com Competências Delegadas datado de 23/02/2009, pelo facto das obras não terem sido iniciadas no prazo de 1 ano, conforme prevê o nº. 2 do artigo 71º. do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, o que se confirmou após deslocação da Fiscalização ao local. -----

Após ter sido feita audiência prévia ao interessado, concedendo-lhe um prazo de 10 dias para se pronunciar, não ocorreu registo de entrada de qualquer exposição sobre o assunto, é sugerido assim pelos Serviços, a declaração de caducidade do acto de admissão da comunicação prévia, a qual deve ser declarada pelo Executivo Municipal nos termos do nº. 5 do artigo 71º. do RJUE. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, com base na informação dos Serviços, declarar a caducidade do acto de admissão da comunicação prévia. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **5 – PROPOSTA PARA DECLARAÇÃO DA CADUCIDADE DO PEDIDO**  
 ----- **DE COMUNICAÇÃO PREVIA PARA A OBRA DE CONSTRUÇÃO --**  
 ----- **DE MORADIA, SITA NO LOTE 12 DO LOTEAMENTO DO -----**  
 ----- **ARNEIRO, FREGUESIA DE CARAPINHEIRA, CUJO REQUERENTE ---**  
 ----- **É A FIRMA “POPULARGEST – GESTÃO DE IMOVEIS, LDA”-----**  
 ----- **– PROC. Nº. 52/2008-----**

----- Foi presente a informação dos Serviços nº 182/2010, datada de 24 de Junho do ano em curso, a informar que deveria ser declarada a caducidade do acto de admissão da comunicação prévia ocorrido por despacho do Sr. Vereador com Competências Delegadas datado de 23/02/2009, pelo facto das obras não terem sido iniciadas no prazo

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

de 1 ano, conforme prevê o nº. 2 do artigo 71º. do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, o que se confirmou após deslocação da Fiscalização ao local. -----

----- Após ter sido feita audiência prévia ao interessado, concedendo-lhe um prazo de 10 dias para se pronunciar, não ocorreu registo de entrada de qualquer exposição sobre o assunto, é sugerido assim pelos Serviços, a declaração de caducidade do acto de admissão da comunicação prévia, a qual deve ser declarada pelo Executivo Municipal nos termos do nº. 5 do artigo 71º. do RJUE. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, com base na informação dos Serviços, declarar a caducidade do acto de admissão da comunicação prévia. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### **6 – PROPOSTA PARA DECLARAÇÃO DA CADUCIDADE DO PEDIDO**

**DE COMUNICAÇÃO PREVIA PARA A OBRA DE CONSTRUÇÃO --**

**DE MORADIA, SITA NO LOTE 16 DO LOTEAMENTO DO -----**

**ARNEIRO, FREGUESIA DE CARAPINHEIRA, CUJO REQUERENTE --**

**É A FIRMA “POPULARGEST – GESTÃO DE IMOVEIS, LDA” -----**

**– PROC. Nº. 51/2008 -----**

----- Foi presente a informação dos Serviços nº 184/2010, datada de 25 de Junho do ano em curso, a informar que deveria ser declarada a caducidade do acto de admissão da comunicação prévia ocorrido por despacho do Sr. Vereador com Competências Delegadas datado de 23/02/2009, pelo facto das obras não terem sido iniciadas no prazo de 1 ano, conforme prevê o nº. 2 do artigo 71º. do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, o que se confirmou após deslocação da Fiscalização ao local. -----

----- Após ter sido feita audiência prévia ao interessado, concedendo-lhe um prazo de 10 dias para se pronunciar, não ocorreu registo de entrada de qualquer exposição sobre o assunto, é sugerido assim pelos Serviços, a declaração de caducidade do acto de admissão da comunicação prévia, a qual deve ser declarada pelo Executivo Municipal nos termos do nº. 5 do artigo 71º. do RJUE. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, com base na informação dos Serviços, declarar a caducidade do acto de admissão da comunicação prévia. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### **7 – PROPOSTA PARA DECLARAÇÃO DA CADUCIDADE DO PEDIDO**

**DE COMUNICAÇÃO PREVIA PARA A OBRA DE CONSTRUÇÃO -**

**DE MORADIA, SITA NO LOTE 17 DO LOTEAMENTO DO -----**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

----- ARNEIRO, FREGUESIA DE CARAPINHEIRA, CUJO REQUERENTE --  
 ----- É A FIRMA "POPULARGEST – GESTÃO DE IMOVEIS, LDA" -----  
 ----- – PROC. Nº. 54/2008 -----

----- Foi presente a informação dos Serviços nº 183/2010, datada de 25 de Junho do ano em curso, a informar que deveria ser declarada a caducidade do acto de admissão da comunicação prévia ocorrido por despacho do Sr. Vereador com Competências Delegadas datado de 23/02/2009, pelo facto das obras não terem sido iniciadas no prazo de 1 ano, conforme prevê o nº. 2 do artigo 71º. do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, o que se confirmou após deslocação da Fiscalização ao local. -----

----- Após ter sido feita audiência prévia ao interessado, concedendo-lhe um prazo de 10 dias para se pronunciar, não ocorreu registo de entrada de qualquer exposição sobre o assunto, é sugerido assim pelos Serviços, a declaração de caducidade do acto de admissão da comunicação prévia, a qual deve ser declarada pelo Executivo Municipal nos termos do nº. 5 do artigo 71º. do RJUE. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, com base na informação dos Serviços, declarar a caducidade do acto de admissão da comunicação prévia. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **8 – PROPOSTA PARA DECLARAÇÃO DA CADUCIDADE DO PEDIDO**  
 ----- **DE COMUNICAÇÃO PREVIA PARA A OBRA DE CONSTRUÇÃO--**  
 ----- **DE MORADIA, SITA NO LOTE 18 DO LOTEAMENTO DO -----**  
 ----- **ARNEIRO, FREGUESIA DE CARAPINHEIRA, CUJO REQUERENTE---**  
 ----- **É A FIRMA "POPULARGEST – GESTÃO DE IMOVEIS, LDA"-----**  
 ----- **– PROC. Nº. 50/2008-----**

----- Foi presente a informação dos Serviços nº 181/2010, datada de 24 de Junho do ano em curso, a informar que deveria ser declarada a caducidade do acto de admissão da comunicação prévia ocorrido por despacho do Sr. Vereador com Competências Delegadas datado de 23/02/2009, pelo facto das obras não terem sido iniciadas no prazo de 1 ano, conforme prevê o nº. 2 do artigo 71º. do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, o que se confirmou após deslocação da Fiscalização ao local. -----

----- Após ter sido feita audiência prévia ao interessado, concedendo-lhe um prazo de 10 dias para se pronunciar, não ocorreu registo de entrada de qualquer exposição sobre o assunto, é sugerido assim pelos Serviços, a declaração de caducidade do acto de admissão da comunicação prévia, a qual deve ser declarada pelo Executivo Municipal nos termos do nº. 5 do artigo 71º. do RJUE. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, com base na informação dos Serviços, declarar a caducidade do acto de admissão da comunicação prévia. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### **----- 9 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS A REQUERIMENTO DE MARIA ALICE ABRUNHEIRO GASPAS MONTEIRO -----**

----- Foi presente o pedido referido em epígrafe, onde é solicitado pela Requerente a isenção do pagamento da taxa prevista no nº. 3 do quadro I do RMEU, referente à apreciação do pedido de autorização de utilização, no valor de 45 €, bem como da taxa pela emissão do alvará de autorização de utilização prevista no nº. 1 do quadro XI do citado Regulamento, no valor de 65 €. -----

----- Acompanha uma informação da DECASF, onde é confirmado as condições económicas da Requerente e é proposto a isenção do pagamento das taxas solicitadas. ----

----- A pretensão tem enquadramento no nº 2 do artº 55º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização, por se tratar de família de pública e manifesta carência económica.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade com base na informação prestada pelos Serviços, isentar de taxas a Munícipe em causa para o pedido de apreciação e emissão de autorização de utilização.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### **----- 10 – PEDIDO DE FRACCIONAMENTO DE TAXAS RELATIVAS AO -----**

----- PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE CASA DE HÓSPEDES, -----

----- EDIFÍCIO COMPLEMENTAR E MUROS, SITO NO LUGAR DE -----

----- QUINTA DO MOURÃO, FREGUESIA DE TENTUGAL, -----

----- REQUERIDO POR NOVO RUMO – SOCIEDADE DE -----

----- CONSTRUÇÕES DO CENTRO UNIPESSOAL, LIMITADA -----

----- – PROC. DE OBRAS Nº. 15/2008 -----

----- Foi presente a informação dos Serviços nº. 158-RS/2010 datada de 13 de Julho, bem como de um novo requerimento apresentado pela Empresa “Novo Rumo-Soc. Construções do Centro, unipessoal, Lda.”, datado de 16 de Julho em aditamento ao requerimento apresentado em 13 de Julho, no qual é proposto o fraccionamento do pagamento de taxas relativas ao pedido de licenciamento mencionado em epígrafe em 5 prestações e cujos valores aí se descriminam. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista é favorável. No entanto, sugeriam e recomendavam ao

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

executivo que na acta ficassem a constar as datas limite para levantar o alvará e as datas limite para pagamento das prestações em causa, ou seja, pode-se calcular ao dia, a data limite das prestações.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- a) Aprovar o pagamento das taxas em cinco prestações trimestrais do seguinte modo: 1ª prestação – 5 072€; 2ª prestação -10 000€; 3ª, 4ª e 5ª prestação – 16 557.74€.-----

----- b) Que o alvará de licença de construção deverá ser solicitado no prazo de 5 dias, bem como o pagamento da 1ª prestação, cujo montante é de 5 072€. -----

----- c) Que o requerente apresente uma caução no montante de 59 673.21€. -----

----- d) Que para cumprimento do nº. 8 do artigo 53º do RMEU, e uma vez que o pagamento das restantes prestações vai ocorrer durante 12 meses, que o requerente apresente uma calendarização de execução dos trabalhos por esse prazo, procedendo ao pagamento de um adicional de 72 €, aquando da liquidação da 1ª. Prestação, na sequência do aumento da calendarização. -----

----- e) Revogar a deliberação tomada em reunião de Câmara de 18 de Janeiro de 2010.

----- f) Que os Serviços prestem informação exacta do dia de pagamento das prestações seguintes, a qual será presente a uma próxima reunião de Câmara para conhecimento. ----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL**-----

----- **2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL** -----

----- **SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE** -----

----- **III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS** -----

----- **1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS** -----

----- **1 – PROJECTO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA DE** -----

----- **MONTEMOR-O-VELHO: ASCENSOR MECÂNICO – PERCURSO** ---

----- **PEDONAL ASSISTIDO** -----

----- **- RELATÓRIO FINAL /ADJUDICAÇÃO** -----

----- O presente ponto foi retirado da Ordem do Dia. -----

----- **2 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR): FASE H –**

----- **UP62 (TORRE)** -----

----- **SITUAÇÃO FINAL DA OBRA.** -----

----- Foi presente uma informação da Fiscalização onde refere que, após medição final da obra, verificou-se que do valor de adjudicação da obra (€101.988,98) foram realizados trabalhos no montante de €97.962,50, tendo sido apurados trabalhos a menos no montante

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

de €4.026,478, resultantes da não execução das “estacas pré-fabricadas – CK 400”. O montante dos trabalhos a menos corresponde a 3,95% do valor da adjudicação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria com duas abstenções o seguinte: -----

----- Um - Tomar conhecimento da conta final da obra. -----

----- Dois - Autorizar os trabalhos a menos no montante de €4.026,478 (quatro mil e vinte seis euros quatrocentos e setenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Três - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **3 – INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE MONTEMOR-O-VELHO** -----

----- **– AV. DOS BOMBEIROS (LARGO DE Nº. SRA. DO DESTERRO ATÉ -**  
**À ROTUNDA DO TRIBUNAL)-----**

----- **APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE -----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços acompanhada pelo Plano de Segurança e Saúde, apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que o mesmo se encontrava em condições de ser aceite.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde;-----

----- Dois – Nomear como Coordenador de Segurança e Saúde o Eng. Carlos Borges; -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **4 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR): -----**

----- **FASE C - UP16 (AÇUDE JUSANTE), UP21A -----**

----- **(ACESSO MONTANTE), UP22A (ACESSO NORTE), -----**

----- **UP23 (ACESSO JUSANTE), UP33N (CICLOVIA NORTE), -----**

----- **UP41 (CORTINA ARBÓREA) E UP61 (BARREIRA DE VENTO); -----**

----- **FASE D – UP31 (ENTRADA JUSANTE); FASE I (PISTA DE -----**

----- **ATLETISMO) -----**

----- **APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE -----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços acompanhada pelo Plano de Segurança e Saúde, apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que o mesmo se encontrava em condições de ser aceite.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com cinco votos a favor da Coligação Montemor, Sempre e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde;-----

----- Dois – Nomear como Coordenador de Segurança e Saúde a Eng. Cristina Aguiar;-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

----- 5 – EIXO VIÁRIO DO SISTEMA URBANO DO VALE – LARGO DA -----

----- FEIRA (ALHAstro) -----

----- APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços acompanhada pelo Plano de Segurança e Saúde, apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que o mesmo se encontrava em condições de ser aceite. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde;-----

----- Dois – Nomear como Coordenador de Segurança e Saúde o Eng. Carlos Borges; -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- 6 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS-----

----- MUNICIPAIS: FREGUESIAS DE ARAZEDE, MEÃS, -----

----- MONTEMOR-O-VELHO E VERRIDE -----

----- APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços acompanhada pelo Plano de Segurança e Saúde, apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que o mesmo se encontrava em condições de ser aceite. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde;-----

----- Dois – Nomear como Coordenador de Segurança e Saúde a Eng. Cristina Aguiar; -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- 7 – SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA -----

----- APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços acompanhada pelo Plano de Segurança e Saúde, apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que o mesmo se encontrava em condições de ser aceite. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde;-----

----- Dois – Nomear como Coordenador de Segurança e Saúde a Eng. Cristina Aguiar; -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- 2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS -----

----- IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----

----- 1 – TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE

----- ABRUNHEIRA (RECURSO HUMANO)-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

-----A Vereadora Alexandra Ferreira deu conhecimento que a Junta de Freguesia de Abrunheira solicitou a transferência financeira no valor de 500,00€ (quinhentos euros), para obviar despesas no estabelecimento de 1.CEB de Abrunheira. -----

-----A Junta de Freguesia de Abrunheira colocou um recurso humano, para fazer acompanhamento, higiene e limpeza do edifício do 1º. CEB de Abrunheira, durante o ano lectivo 2009/2010, dado que esta escola não tinha assistente operativa nem tarefeira, o que inviabilizava um bom funcionamento da mesma. -----

----- Assim, propôs a transferência financeira para a Junta de Freguesia de Abrunheira no valor de 500,00€ (quinhentos euros). -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### ----- **2 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, -----** **CULTURAL E RECREATIVA DE PEREIRA -----**

----- A Vereadora Alexandra Ferreira propôs a atribuição de um subsídio no valor de 500,00€ (quinhentos euros), à Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Pereira, a fim de apoiar as iniciativas levadas a cabo por uma das secções – Velha Guarda do C.A.P. -----

----- Esta secção realizou um passeio de BTT no dia 25 de Abril e um Encontro de automóveis antigos no dia 6 de Junho do corrente. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### ----- **3 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS SERVIÇOS SOCIAIS DOS -----** **TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE -----** **MONTEMOR-O-VELHO -----**

----- Foi presente um ofício dos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 5.439,01€ (cinco mil quatrocentos e trinta e nove euros e um cêntimos), a título de compensação por equipamento e material adquirido e que foi utilizado para melhorar as condições de funcionamento do Bar gerido por aqueles serviços sociais. -----

----- Atendendo a que o local de funcionamento do bar se insere no edifício dos Paços do Concelho, que o equipamento adquirido passa a integrar o património municipal e ainda a que os trabalhos efectuados permitiram melhorar significativamente as condições de funcionamento do referido espaço, não se vê qualquer objecção à atribuição do

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

mentionado subsídio que mais não é, afinal, do que compensação pelos melhoramentos efectuados e pelo equipamento adquirido. -----

----- Tendo os serviços do património confirmado a existência do equipamento, a atribuição do subsídio encontra suporte legal na alínea p) do nº. 1 do artº. 64º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. --

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de 5.439,01€ (cinco mil quatrocentos e trinta e nove euros e um cêntimos) Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, a título de compensação por equipamento e material adquirido. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### ----- 4 – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSIDIO À FÁBRICA DA IGREJA -----

----- PAROQUIAL DA FREGUESIA DE ARAZEDE (CONSELHO -----

----- ECONÓMICO E PAROQUIAL DA IGREJA DE ARAZEDE) -----

----- A Vereadora Alexandra Ferreira propôs a atribuição de um subsídio no valor de 3.000,00€ (três mil euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de Arazeade), a fim de custear despesas com obras de reparação/melhoramentos com a Igreja da referida Paróquia. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### ----- 5 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO AO CENTRO DE INICIAÇÃO -----

----- TEATRAL ESTHER DE CARVALHO -----

----- A Vereadora Alexandra Ferreira informou que, tendo em conta a candidatura feita pelo Centro de Iniciação Teatral Esther de Carvalho ao Programa de Apoio às Artes do Espectáculo de Carácter Profissional, do ex-Instituto das Artes do Ministério da Cultura (actual Direcção das Artes), para a edição 2008 do CITEMOR Festival de Montemor-o-Velho:

----- De acordo com o regulamento em vigor, deveria chegar-se a um compromisso financeiro entre o Ministério da Cultura e esta Autarquia; -----

----- Tendo havido um compromisso financeiro desta autarquia de 40.000€/ano, propôs a atribuição de um subsídio no valor de 40.000,00€ (quarenta mil euros) ao Centro de Iniciação Teatral Esther de Carvalho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### ----- V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO -----

##### ----- 1 – AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

----- ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL E RECREATIVA DE -----

----- PEREIRA – FUTEBOL – ÉPOCA DESPORTIVA 2009-2010 -----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 6.000,00 € à Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Pereira, referente à época desportiva 2009/2010 e de acordo com o Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### ----- 2 – AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO GRUPO ----

----- DESPORTIVO “OS ÁGUIAS” – FUTEBOL-----

----- – ÉPOCA DESPORTIVA 2009-2010-----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 20.000,00 € ao Grupo Desportivo “Os Águias”, referente à época desportiva 2009/2010 e de acordo com o Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### ----- VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO -----

##### ----- 1 – PROJECTOS A CANDIDATAR AO QREN NO ÂMBITO DA-----

----- CONTRATUALIZAÇÃO-----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos serviços da Divisão Financeira, que a seguir se transcreve: -----

----- “No e-mail proveniente da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM), datado de 30 de Junho de 2010, foi solicitado ao Município de Montemor-o-Velho, que indicasse quais os novos projectos (ainda não aprovados) para os quais será solicitada a taxa de 80% e quais as verbas que serão transferidas de outras tipologias para fazer face ao aumento da taxa de co-financiamento nestes novos projectos. -----

----- Face a esta solicitação, informa-se que a Autarquia dispõe de uma empreitada com adjudicação e consignação já formalizadas, que poderá ser apresentada como novo projecto e beneficiar da taxa de co-financiamento de 80%. -----

----- A empreitada atrás referida é denominada “Intervenção no Espaço Urbano de Montemor-o-Velho – Av. dos Bombeiros (Largo de N.ª Sra. do Desterro até à Rotunda do Tribunal) e foi adjudicada à empresa Terraplanagens Alferope, Lda., pelo montante de 261.890,70€ (acrescidos de IVA à taxa legal em vigor). -----



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

----- Para além do valor de adjudicação desta empreitada, a candidatura poderá integrar outros custos, nomeadamente, a revisão de preços com o limite de 5% do valor da adjudicação e a parte do IVA não recuperável pelo Município.-----

----- Foi ainda indicado pelos serviços a necessidade de proceder a arranjos no acesso ao Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, que se encontram estimados em 22.000,00€ (acrescidos de IVA à taxa legal em vigor).-----

----- Face ao exposto, os custos com este projecto são os que a seguir se discriminam:-----

	Valor Base	IVA	Total	Elegível	Não Elegível
Av. dos Bombeiros	261.890,70 €	15.713,44 €	277.604,14 €	276.189,93 €	1.414,21 €
Arranjos no acesso ao Agrupamentos de Escolas de Montemor	22.000,00 €	1.320,00 €	23.320,00 €	23.201,20 €	118,80 €
Revisão de preços	13.094,54 €	785,67 €	13.880,21 €	13.809,50 €	70,71 €
<b>Total</b>	<b>296.985,24€</b>	<b>17.819,11€</b>	<b>314.804,35€</b>	<b>313.200,63€</b>	<b>1.603,72€</b>

----- Face aos valores de investimento acima apresentados, é expectável a obtenção de uma comparticipação de 250.560,50€.-----

----- Só beneficiam da taxa de 80%, as operações que tiverem sido aprovadas antes de 2010, desde que não encerradas física e financeiramente e as aprovadas em 2010, sendo requisito que as empreitadas integradas nestas últimas, deverão estar em estado avançado de maturidade, ou seja, com comunicação da intenção de adjudicação.-----

----- Atendendo ao exposto e verificando-se que esta operação reúne ou pode vir a reunir no muito curto prazo este requisito, tem grande potencial para beneficiar desta taxa excepcional.-----

----- A apresentação deste projecto implica no entanto a troca por outro projecto já contratualizado. Assim, de entre os projectos contratualizados, ainda não apresentados a candidatura, com menor dotação, encontra-se o "Naturosscópio (1.ª Fase)", com um investimento elegível de 500.000,00€ e um FEDER associado de 306.500,00€ (taxa de comparticipação de 63,3%). De salientar que este projecto não se encontra, a esta data, com maturidade para poder ser aprovado.-----

----- Face ao exposto, propõe-se a substituição do projecto "Naturosscópio (1.ª Fase)" pelo projecto descrito no quadro acima referido, sendo que o saldo resultante desta substituição será absorvido por projectos contratualizados e já aprovados, que irão ser reprogramados para 80% de comparticipação."-----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que, sem desprimor pelo projecto Naturosscópio e pela importância e mais valia do mesmo, os Vereadores do partido Socialista são favoráveis à proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, porque

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

também consideram prioritários os projectos anunciados, de maior importância e de maior carência para o Concelho a concretização efectiva desses projectos.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a substituição do projecto "Naturosscópio (1.ª Fase)" pelo projecto descrito no quadro acima referido e de acordo com o mencionado na informação dos Serviços.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### **----- 2 – ACÇÕES DE FORMAÇÃO DE ATENDIMENTO DESTINADAS À --- RESTAURAÇÃO E COMÉRCIO DE MONTEMOR-O-VELHO -----**

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, ao abrigo do Projecto CANTATA2, pretende a autarquia promover acções de formação de atendimento destinadas à restauração e comércio de Montemor-o-Velho, tendo em vista dotar as pessoas do Concelho que contactam com visitantes/turistas de mais-valias na forma de atender/receber, tendo em vista sobretudo o público-alvo que serão os participantes/visitantes espectáveis durante a realização do Campeonato Europeu de Remo (Montemor-o-Velho, Setembro de 2010).-----

----- Julga que a Associação Diogo de Azambuja, para além de ser uma entidade local, apresenta todas as condições exigíveis para ser responsável para as referidas acções de formação. Acresce o facto de já ter realizado para a autarquia acções de formação para a restauração concelhia no âmbito do "Festival do Arroz".-----

----- Para além da formação em atendimento, também se pretende dar noções básicas de expressões idiomáticas em língua inglesa.-----

----- A Associação Diogo de Azambuja apresentou uma proposta no valor de 9.800,00€ (nove mil e oitocentos euros), sem IVA (documento anexo à presente acta sob o número três) --- -----

----- O Projecto CANTATA2 prevê a comparticipação FEDER deste tipo de serviços a 65%. -

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a iniciativa "acções de formação de atendimento destinadas à restauração e comércio de Montemor-o-Velho". -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### **----- ENCERRAMENTO -----**

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas treze horas, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

***Reunião ordinária de 2010 de Julho 19***

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

**A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,**

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.<sup>a</sup>